

DF. invasões

## PATRIMÔNIO DE BRASÍLIA

Representantes do Ministério Público, políticos e arquitetos condenam decisão do ministro da Cultura de desautorizar trabalho de preservação do Iphan

## A política falou mais alto

André Garcia

Da equipe do **Correio**

A decisão do ministro da Cultura, Francisco Weffort, de liberar obras fora dos padrões determinados pelas normas de tombamento de Brasília provocou uma reação indignada entre arquitetos, representantes do Ministério Público, políticos de Brasília e dentro do próprio governo federal.

Weffort disse, em entrevista ao **Correio**, que a construção de 90 baias da Polícia Militar no Parque da Cidade e a invasão de áreas públicas nas quadras comerciais do Plano Piloto serão autorizadas, apesar dos pareceres técnicos contrários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O pedido de liberação foi feito pelo governador Joaquim Roriz, em reunião recente com o ministro. Weffort também determinou a transferência do acampamento da Telebrasil.

A atitude do ministro da Cultura foi encarada como uma desautorização pública do Iphan, o órgão responsável pela preservação das características de Brasília que levaram a cidade a ser tombada pela Unesco, em 1987. E como a abertura de um precedente perigoso que pode ameaçar o plano original de Brasília, na medida em que avaliações técnicas sobre a liberação de obras estão sendo substituídas por decisões políticas.

O procurador da República Alexandre Camanho, responsável pelo Patrimônio Cultural e Meio Ambiente do Distrito Federal, avaliou a decisão do ministro como um desserviço à preservação do tombamento da cidade. "Se um bate-papo entre o governador e o ministro derruba as análises técnicas do Iphan, então não sei para que

Nehil Hamilton



OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA, UMA DAS IRREGULARIDADES COMBATIDAS PELO IPHAN, PODERÁ SER REGULARIZADA

serve o Iphan", questionou.

Camanho vai investigar a questão das baias do Parque da Cidade para saber se a construção é legal. O procurador não descarta a possibilidade de processar os responsáveis por improbidade administrativa. "Se a obra for construída em desacordo com a lei, quem liberou vai responder por isso", disse Camanho.

No caso da legalização das invasões de áreas públicas, Camanho e o promotor Diógenes Antero Lourenço, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público do DF, esperam que a regularização anunciada pelo ministro esteja

de acordo com a lei. Eles lembram que o governador Cristovam Buarque assinou decreto regularizando as ocupações em 1996, posteriormente considerado inconstitucional. "Se a solução estiver infringindo alguma lei, vamos continuar com as ações contra as invasões", disse o procurador.

Entre arquitetos, o entendimento é de que uma questão política se sobrepôs às normas que regem o tombamento de Brasília. "É inaceitável que um ministro de Estado passe por cima das leis", disparou o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Distrito Federal (IAB-DF),

Gílson Paranhos.

O arquiteto Carlos Magalhães, presidente do Conselho Técnico de Preservação de Brasília, critica também a posição do presidente do Iphan, Carlos Heck, que acompanhou a decisão de Weffort. "O Iphan se acovardou", avaliou. "Essa atitude abriu caminho para a destruição do plano de Brasília e da qualidade de vida da cidade. Quem vai dar bola para o Iphan agora?", emendou.

O **Correio** tentou ouvir o presidente do Iphan, Carlos Heck. A assessoria da presidência informou que o arquiteto não se pronunciaria. Heck determinou tam-

bém à Superintendência Regional do órgão que não falasse sobre o assunto. Entre técnicos do Iphan, existe um constrangimento por terem tido seu trabalho desautorizado pelo ministro Weffort.

## CRÍTICAS NO GOVERNO

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) abandonou por alguns minutos a condição de líder do governo no Congresso para criticar Weffort. Arruda considerou "lamentável e perigosa" a atitude do ministro da Cultura. "A consequência mais grave de se começar a desmoralizar e desautorizar os técnicos do Iphan é, no futuro, a cidade perder a condição de Patrimônio Histórico da Humanidade. É isso o que se deseja?", perguntou.

O senador disse que telefonou ontem à tarde para o ministro da Cultura para criticar a sua decisão. "Há três anos estive no gabinete do ministro com representantes do Clube de Diretores Lojistas para pedir uma regulamentação da ocupação das comerciais do Plano Piloto. Estou esperando uma resposta do ministro até agora", contou Arruda. Na condição de líder do governo, Arruda fez uma auto-crítica: "Nós do governo, na pessoa do ministro da Cultura, fomos omissos".

A bancada de Brasília no Congresso Nacional preparou um manifesto em favor da preservação de Brasília, que será lido em plenário na próxima terça-feira. No início da noite, o deputado distrital Chico Floresta (PT) resolveu fazer uma vigília em frente ao Palácio do Planalto. "Espero que o presidente Fernando Henrique discuta com o ministro e ouça o outro lado nessa questão", afirmou.

COLABORARAM RUDOLFO LAGO, NEWTON ARAÚJO JR. E LUIZ OSVALDO GROSSMAN